

Discurso do orador Márcio Roberto, na conclusão do curso de pós-graduação em auditoria de obras, em 9/11/2001

Solenidade de encerramento do 1º Curso de Auditoria de Obras Públicas

(Quem serão os componentes da mesa?)

Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Professor Dr. Mozart Neves:

- 1) Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – Conselheiro Adalberto Farias;
- 2) Exmo. Sr. Prof. Dr. Francisco Ivo Dantas representando o Mag. Reitor da UFPE, Prof. Mozart Neves
- 3) Exmo. Sr. - Diretor da ECPBG – Conselheiro Romeu da Fonte
- 4) Exmo. Sr. Prof. Dr. Amaro Henrique P. cons Diretor do CT/UFPE
- 5) Exmo. Sr. Conselheiro Fernando Correia – Patrono da Turma de Espec. em Direito C. e Adm.

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que me dirijo aos presentes, em nome dos colegas concluintes, nesta cerimônia de encerramento do 1º Curso de Auditoria de Obras Públicas.

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, órgão de Controle Externo, atua sistematicamente desde 1992, na auditoria de obras públicas, sejam elas municipais, estaduais, ou ainda fruto de convênios celebrados entre estes e o Governo Federal. Sob a sua responsabilidade se encontram as fases da obra pública, indo desde a análise prévia dos editais de licitação, como o caso recente da duplicação da BR 232, até o próprio acompanhamento da execução. Nas auditorias de execução (ou acompanhamento) o Tribunal de Contas do Estado, através do Núcleo de Engenharia, antecipa-se no ato de fiscalizar, evitando o descumprimento dos contratos celebrados ou mesmo a sua má administração, geradora de danos ao erário, outrora só identificados muito após a sua prática. Neste contexto cumpre ressaltar a importância da interiorização do Tribunal, iniciada em 1993, via implantação das Inspetorias Regionais, que permitiu às Administrações Municipais, muitas delas carentes e distantes, a aproximação do agente fiscalizador, que passou a atuar tempestivamente, de forma didática e

também preventiva.

Consciente da importância e responsabilidade da sua missão, e em sintonia com a dedicação dos seus profissionais, o Núcleo de Engenharia percebeu o aprimoramento do seu corpo técnico como uma prioridade entendida como alternativa capaz de agregar maior qualidade, produtividade e motivação ao desempenho dos seus trabalhos. Sem ufanismo ou delírio diria o almejado encontro da boa técnica e satisfação profissional voltados ao pleno atingimento dos objetivos institucionais.

Após prévios entendimentos realizados com o Departamento de Engenharia Civil da UFPE, formatou-se o que seria o programa do primeiro Curso especificamente alinhado aos temas de interesse da Auditoria de Obras Públicas, iniciativa esta, vale ressaltar, pioneira no Brasil. Contribuiu decisivamente ao sucesso desta iniciativa a Escola de Contas Públicas “Professor Barreto Guimarães”, instituição vinculada a este tribunal que figurou como interveniente, agilizando a formalização do contrato posteriormente celebrado entre o Tribunal de Contas de Estado de Pernambuco e a UFPE através da FADE. – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE.

O programa multidisciplinar escolhido pelos coordenadores do curso contemplou 2 módulos, sendo um primeiro básico (355 horas) (Metodologia de Pesquisa, Direito Aplicado à Auditoria de Obras, Licitações e Contratos, Contabilidade Pública, Análise de Investimentos, Auditoria Governamental, Estatística Aplicada, Engenharia de Avaliação, Programação, Controle e Orçamento de Obras de Construção Civil, Gestão da Qualidade), e um outro eletivo (Concessões e Privatizações, Auditoria em obras de Saneamento, Barragens, Construção Civil e Estradas e Auditoria Ambiental). Temas afins às disciplinas abordadas durante a especialização foram selecionados para compor as monografias (42 trabalhos), sendo os respectivos planos de trabalho previamente discutidos e analisados com o objetivo de contemplar áreas de atuação e interesse estratégico do Tribunal.

A conclusão simultânea de uma outra especialização, em Direito Administrativo e Constitucional, também concretizada via convênio entre o Tribunal e a Universidade Federal, demonstra

o interesse pelo desenvolvimento institucional e o seu caráter multidisciplinar, essencial ao êxito das auditorias. A integração destas instituições – Tribunal e Universidade – não deverá ser interrompida, é importante, estratégica, traz benefícios tanto ao controle externo, através da capacitação e da reciclagem, quanto a própria Universidade, que ao abrir suas portas aos interesses da sociedade dela se torna próxima.

Enquanto perseguimos a valorização dos instrumentos e o aperfeiçoamento dos recursos e técnicas de auditoria, via capacitação, contemplamos um Brasil imerso num cenário que nos preocupa. Parece algo inacreditável tomar conhecimento de que alguns servidores públicos amargam 7 anos, ou quase, de salários congelados. As greves do INSS (médicos e servidores), das Universidades Federais (professores e servidores) se arrastam por meses a fio caminhando para a exaustão. Professores universitários têm os salários confiscados, por decisão de um ministro também professor e ex-reitor, sendo obrigados a apelar, via Poder Judiciário, a recuperação dos vencimentos. Aposentados e trabalhadores procuram o posto da presidência em greve e voltam para casa com o endereço eletrônico nas mãos e a desesperança no rosto.

A bem da verdade, as opções, ou melhor, as decisões políticas tomadas pelas elites dirigentes ainda em uma fase de apogeu ideológico do neoliberalismo (fins do anos 80 e década de 90), apelaram sistematicamente para um “senso comum”, que comprovou-se, entre outras coisas, através do ostensivo encolhimento dos espaços públicos, progressivamente asfixiados pelo súbito corrimento das fronteiras entre o público e o privado em benefício deste último, e pelo significativo desequilíbrio produzido na relação entre empresas, estados e mercados.

As privatizações, no bojo deste processo, exprimiram-se em algo muito mais profundo que a mera venda ou desmantelamento das empresas públicas: acabou por converter – em função da mais pura lógica mercantil – direitos tais como a educação, a saúde, a segurança social e a preservação do meio ambiente em bens ou “serviços adquiríveis segundo as regras do mercado. Assim, direitos elementares outrora garantidos pelo Estados transformaram-se em apetecíveis mercadorias. As privatizações, na verdade, permitiram uma mudança de mentalidade, pela qual os cidadãos foram obrigados a aceitar o rareamento dos espaços públicos, que os obrigou a transferir suas demandas da “ágora” para o mercado – é o que se

chamaria de “descidadanização”. Se o termo de fato existisse.

O Programa Nacional de Desestatização, da década de 1990, trazia em seu escopo a reestruturação econômica do setor público, caracterizado pelas promessas de aporte de investimentos adequados por parte das empresas adquirentes dos serviços públicos, melhoria da oferta de empregos e o fortalecimento dos mercados de capitais. Uma década mais tarde percebe-se, no entanto, o aporte de investimentos aquém das necessidades (vide a crise do setor elétrico), fragilidades dos mecanismos de regulação, grande número de demissões formais contrabalançadas pela substituição por empregos avulsos ou de menor remuneração e um ainda tímido fortalecimento dos mercados de capitais, prejudicados pela venda de ações por lotes que impediram, ou reduziram, a democratização do capital.

A negligência quanto ao provimento das infraestruturas, alvo das nossas auditorias, é desconversada ou estrategicamente omitida pelos seus responsáveis. Melhorias experimentadas neste ou naquele setor, como por exemplo, no da telefonia, subsistem sustentadas por reajustes tarifários anuais que superam os índices inflacionários. Os resultados obtidos através dos ganhos de produtividade, proporcionados pelas privatizações ainda não se refletiram objetivamente sobre as tarifas. No setor elétrico, se não bastasse a recente diminuição de oferta da energia gerada, sobrevirá a crise que atravessamos uma inevitável pressão sobre as tarifas, mais adiante obrigatoriamente compensadas via restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Todos estes fatos, diga-se de passagem, previstos e alertados por tantos e tantas vezes, não detiveram a ânsia governamental de cumprir à risca, mesmo que açodadamente, os seus propósitos não declarados e incondicionalmente aplaudidos pelos setores da imprensa semi-oficial.

Por outro lado, apesar da forte propaganda liberalizante, os países capitalistas industrializados continuam, ao contrário do que pregam, estados grandes e ricos, providos de bons aparatos de regulação que “organizam” o funcionamento dos mercados, arrecadando muitos impostos. (isto pelo menos fazemos bem, cerca de 34% do PIB), promovendo formas encobertas e sutis de protecionismos e subsídios, além de conviverem com déficits fiscais elevados. Se observarmos, a experiência dos países “reformados” (América Latina, Europa Oriental e

Rússia), perceberemos que o triunfo do ideário único foi mais ideológico e cultural do que econômico.

A propósito, Dr. Celso Furtado, economista, pensador social, (primeiro superintendente da SUDENE), através do seu livro “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, publicado pela primeira vez em 1967, trouxe, após estudos e reflexões, Explicações para o estado ou a condição que caracteriza o subdesenvolvimento. Sem rejeitar a compreensão do progresso, nem contestar propriamente a noção de desenvolvimento. Dr. Celso traz no desfecho da obra citada conclusões interessantes e reveladoras: “o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, não constituindo uma etapa necessária... de formação das economias capitalistas”. Adiante concluiu: “a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos continuem a sê-los”. Com efeito, declarou ainda: “o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre povos... que tende a autopropor-se sob formas cambiantes”, tudo exigindo a tomada de consciência da dimensão política da situação de subdesenvolvimento.” Se estas reflexões incomodavam o meio acadêmico da década de 60, hoje constata-se, com tristeza, que elas estavam bem ajustadas, demonstrando o monumental desequilíbrio do desenvolvimento quando relacionado ao contexto da economia mundial.

Em edição recente (abril de 2000) o BIRD através dos “Indicadores do Desenvolvimento Mundial”-radiografia socioeconômica de todo o mundo – o caso brasileiro apareceu como um exemplo do que o seu presidente, James Wolfensohn, (BIRD) definiu como “a teimosa persistência da pobreza”.

De acordo com o Banco Mundial, o vácuo entre ricos e pobres no Brasil continuava se alargando. Os 10% da população com mais recursos ficam com quase a metade (47,6%) da renda nacional. Enquanto isso, os 10% mais pobres sobrevivem com o equivalente a 0,9% dela. A legião de excluídos foi também quantificada: 17,4% da população – ou seja o equivalente a 27,8 milhões de pessoas que levam a vida com no máximo US\$ 2,00/dia. O grupo mais miserável, 5,1% do total (8,1 milhões de brasileiros) sobrevive com menos de US\$ 1,00/dia. (DP, 14/04/2000, p. A8).

A propósito, advertiu Jean Jacques Rousseau na obra “El Contracto Social” de 1980: “Quereis dar consistência ao Estado? Aproximai o quanto for possível os graus extremos: não permitais nem pessoas opulentas nem mendigos. Estes dois estados,

inseparáveis por natureza, são igualmente funestos para o bem comum: de um lado saem os fautores (que favorecem) da tirania e, do outro os tiranos: é sempre entre eles que se faz o tráfico da liberdade pública, uma a compra e outro a vende.”

Preocupa-nos sobremaneira, dentro deste quadro de elevadas desigualdades, os desvios públicos, e também privados, para fins escusos. Estudos de dois professores da FGV (Marcos Fonseca e Fernando Garcia), levando em conta o ranking internacional da corrupção elaborados pela organização alemã Transparência Internacional, e com base em dados macroeconômicos, de 1960 a 1995, concluíram que a corrupção custa a cada brasileiro R\$ 6.000,00/ano. O índice atribuído ao Brasil neste indesejado ranking é 2,77, numa escala que vai até 10. Dos 36 países pesquisados o Brasil é antepenúltimo, o que significa que está à frente de apenas 2 outros países ainda mais corruptos, a Indonésia e Paquistão. O estudo afirma ainda que quanto mais corrupto, mais pobre o país. “A corrupção é um veneno a mais para as políticas de combate à pobreza, em parte porque pobreza e miséria são a própria moeda política da cleptelite nacional”. (DP, 6/8/00, p.A8).

Estas infelizes ilustrações, que certamente não são novidades para nenhum dos presentes, talvez não devessem ecoar num momento de relativa satisfação como o que vivemos hoje. Na verdade, elas têm o propósito de nos sensibilizar, evidenciando a importância e nobreza do trabalho que desempenhamos dia a dia. É normal à condição humana que a rotina dos nossos afazeres e os nossos problemas particulares nos afastem, desestimulem ou ainda que não nos permitam perceber face-a-face os nossos desafios e responsabilidades, não são obra para meia dúzia apenas, ou para serem vencidos em uma década. As próximas gerações saberão cobrá-los.

Chegamos ao século XXI, o terror insano é combatido por uma guerra insana, pomposamente nominada de justiça infinita. Por ela, a justiça, também esperamos. Vinde a nós!

Neste mesmo século, porém, dispomos de grandes possibilidades de melhorias para a humanidade, embaladas pelos benefícios da tecnologia da informação, do fantástico avanço da medicina e dos meios de prevenção de doenças, das engenharias, do direito (por que não? – Ele reflete, mesmo que lentamente, os avanços da sociedade), da conscientização ambiental e os desdobramentos necessários à consecução do desenvolvimento

sustentável, etc. Quanto aos Tribunais de Contas, em particular, caberá o preparo contínuo dos seus quadros técnicos, aliada a uma reflexão amadurecida do seu papel, com vistas a se inserir de forma incisiva no bojo das discussões dos problemas que afligem a sociedade, com atenção e o espírito público que ela almeja, aproximando-se cada vez mais desta na busca de uma crescente legitimização e afinidade. No mais a ação diária, efetiva, exercida eticamente e sem ufanismos, em estrito respeito às Leis, levando, assim adiante, o compromisso de tão nobre mister, estando sempre atento e em defesa da melhoria e do aperfeiçoamento dos instrumentos da cidadania.

Aos colegas o meu abraço. Aos senhores as minhas desculpas pelo tempo tomado. Louvado seja Deus, apenas Ele!

Obrigado!

Márcio Roberto de Vasconcelos Penante

10/11/2001

“Alguns de nós somos cegos sentados, anestesiados navegantes do rio dos fatos que nos levam a qualquer parte; outros, igualmente cegos, hiperminésicos* do movimento social, remam contra a corrente iluminados por um farol que nos dá fê. Porém, depois de tudo, somos cegos e a realidade joga conosco sem que possamos entender seu jogo” Carlos Matus, economista chileno, pós-graduado em Harvard, pós-graduado em planejamento pela CEPAL e ministro da Economia do governo democrático chileno de Salvador Allende.

*Exagero da capacidade de evocação das lembranças.